

**O Museu Universitário dos Povos Indígenas
(MUPI) da Universidade Federal de Uberlândia
(UFU): Perspectivas de preservação cultural e
conexões com museus indígenas e regionais
brasileiros**

**The University Museum of Indigenous Peoples (UMIP) of the
Federal University of Uberlândia (UFU): Perspectives on cultural
preservation and connections with brazilian indigenous and
regional museums**

*Kevin Cristian Paulino Freires*¹

*Loyane Ellen Silva Gomes*²

*Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro*³

*Maria Núbia de Araújo*⁴

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS. Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: freireskeven43@gmail.com.

² Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Pós-Graduação em Saúde Pública. E-mail: psiloyanegomes@gmail.com.

³ Doutor em Coletiva pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor da UFC. E-mail: marcotuliomfc@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Servidora pública da Prefeitura Municipal de Caucaia-CE. E-mail: nubia.araujo@aluno.uece.br.

RESUMO

Este estudo aborda a contribuição do Museu Universitário dos Povos Indígenas (MUPI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para a preservação e promoção da cultura indígena, analisando suas conexões com outros museus universitários e regionais no Brasil. A pesquisa objetivou investigar as práticas culturais do MUPI e analisar suas interações com outras instituições. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados revelaram que o MUPI atua como um importante agente educativo e de preservação cultural, destacando-se pelo uso de coleções e exposições voltadas ao patrimônio indígena. Embora as conexões com outros museus universitários indígenas ainda sejam incipientes, apresentam grande potencial para futuras colaborações e fortalecimento mútuo. Interações com museus regionais também foram identificadas como promissoras, ampliando o alcance das iniciativas de preservação. A pesquisa concluiu que o MUPI desempenha um papel crucial na valorização da cultura indígena e que a construção de redes colaborativas é fundamental para fortalecer a preservação cultural. Como diretrizes futuras, recomenda-se o estudo sobre redes de museus universitários e o desenvolvimento de estratégias que consolidam a cooperação interinstitucional. Esses avanços podem promover uma preservação cultural mais inclusiva e eficiente, estimulando o diálogo intercultural e a disseminação dos saberes indígenas em múltiplos contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Conexões culturais; Museus dos povos indígenas de Uberlândia; Museus etnográficos; Patrimônio cultural; Preservação cultural.

ABSTRACT

This study addresses the contribution of the University Museum of Indigenous Peoples (MUPI) at the Federal University of Uberlândia (UFU) to the preservation and promotion of indigenous culture, analyzing its connections with other university and regional museums in Brazil. The research aims to investigate the cultural practices of MUPI and analyze its interactions with other institutions. To this end, a bibliographical research was carried out with a qualitative approach. The results revealed that MUPI acts as an important educational and cultural preservation agent, standing out for the use of collections and exhibitions focused on indigenous heritage. Although connections with other indigenous university museums are still incipient, they present great potential for future collaborations and mutual strengthening. Interactions with regional museums were also identified as promising, expanding the reach of preservation initiatives. The research concluded that MUPI plays a crucial role in valuing indigenous culture and that the construction of collaborative networks is fundamental to strengthening cultural preservation. As future guidelines, it is recommended to study university museum networks and develop strategies that consolidate interinstitutional cooperation. These advances can promote more inclusive and efficient cultural preservation, stimulating intercultural dialogue and the dissemination of indigenous knowledge in multiple contexts.

KEYWORDS: Cultural connections; Museums of the indigenous peoples of Uberlândia; Ethnographic museums; Cultural heritage; Cultural preservation.

Introdução

A preservação da cultura indígena tem sido um compromisso e dever crescente nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à valorização e divulgação de suas tradições, saberes e patrimônios. Nesse contexto, os museus desempenham um papel fundamental na guarda, estudo e disseminação do patrimônio cultural das comunidades indígenas, sendo uma ponte entre o passado e o presente, entre as tradições e as novas gerações (Clifford, 2016). Além disso, os museus universitários, como o Museu Universitário dos Povos Indígenas (MUPI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ganham destaque, pois integram o ambiente acadêmico e a cultura indígena de forma interdisciplinar, refletindo sobre a importância da preservação cultural no contexto contemporâneo.

Dessa maneira, a temática da pesquisa envolve a análise do MUPI, destacando seu papel como um museu universitário que busca preservar e difundir as culturas indígenas no Brasil, além de investigar as conexões com outros museus indígenas e regionais no país. Nessa perspectiva, O MUPI, fundado em 1987 na UFU, visa preservar o patrimônio cultural indígena de diversas etnias⁵, ao mesmo tempo em que propõe um espaço de reflexão acadêmica e troca de saberes (Meirelles, 2002). Este trabalho se insere na busca por compreender como museus universitários podem ser fundamentais na promoção da preservação cultural e na criação de uma rede de cooperação entre museus que atuam na proteção e valorização das culturas indígenas.

⁵O MUPI é composto pelo estudo e contemplação das seguintes etnias: Asurini, os Wauja, os Sateré Mawé, os Canela Ramkokamekrá, os Nambikwara, os Uru-Eu-Wau-Wau, os Xerente, os Ka'apor, os Galibi-Marworno, os Pitaguary, os Tenharim, os Galibi do Oiapoque e os Xokleng, entre outros.

Em vista disso, o MUPI é um exemplo claro de como um museu universitário pode se integrar à missão acadêmica da universidade, promovendo tanto a pesquisa científica quanto o envolvimento com as comunidades indígenas locais. Desse modo, outros museus indígenas universitários no Brasil, como o Museu do Índio da Universidade de Brasília (UnB) e o Museu Indígena da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), também contribuem para essa integração da universidade com a cultura indígena, cada um com suas particularidades e desafios (Paz, 2013; Andrade; Iadanza; Matsunaga, 2021).

Diante disso, a problemática que norteia esta pesquisa reside em compreender como a rede de museus indígenas universitários pode fortalecer a preservação do patrimônio e valorizar as culturas indígenas e as suas identidades regionais. Além do mais, a pesquisa visa analisar como o MUPI, no contexto da UFU, tem contribuído para esse movimento, tanto em termos acadêmicos quanto culturais, e como suas práticas podem ser ampliadas ou adaptadas para outros contextos.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o estudo sobre os museus universitários indígenas, a preservação do patrimônio cultural indígena e a conexão entre diferentes instituições museológicas no Brasil. Dessa forma, ao analisar as experiências do MUPI e suas interações com outros museus, esta pesquisa pode oferecer esclarecimentos valiosos para a formulação de estratégias que potencializam a preservação cultural e a valorização da diversidade indígena no Brasil. Ademais, a relevância da pesquisa está no fato de que os museus universitários indígenas, como o MUPI, têm um papel estratégico na preservação cultural, na educação e na conscientização sobre a importância da diversidade étnica e cultural do Brasil. À vista disso, ao investigar as práticas e desafios enfrentados pelo MUPI e

outros museus indígenas, o trabalho contribui para o debate sobre a construção de uma rede de museus universitários mais conectada e eficiente na proteção do patrimônio indígena.

Diante do exposto, este trabalho objetiva compreender as práticas de preservação cultural no MUPI e as conexões que ele estabelece com outros museus indígenas e regionais no Brasil, identificando as contribuições desses museus para a educação e a cultura indígena, além de discutir as possíveis melhorias e parcerias que podem ser implementadas. Ainda assim, a pesquisa também visa analisar como o MUPI pode servir como modelo para outros museus universitários que buscam promover a cultura indígena em seus respectivos contextos.

Sendo assim, o percurso metodológico da pesquisa será de natureza qualitativa, com foco em uma pesquisa bibliográfica, bem como apontado por Freires, Costa e Araújo Júnior (2023) . Nesse viés, a análise será realizada a partir de uma revisão das publicações existentes sobre museus universitários indígenas, preservação cultural e redes de museus no Brasil. A partir dessa ótica, cabe salientar que o percurso teórico da pesquisa envolve a análise das teorias sobre museus, patrimônio cultural e a interação entre museus universitários e comunidades indígenas, no qual a pesquisa se baseará também em estudos que discutem a preservação cultural e o papel dos museus na educação e na formação de uma consciência crítica sobre a diversidade cultural.

Com isso, a estrutura do trabalho está seccionada da seguinte forma: a segunda seção retrata os museus universitários e sua relação com a preservação cultural indígena, onde destaca a importância dessas instituições na manutenção do patrimônio cultural. A terceira seção investiga o MUPI de Uberlândia, com ênfase em sua história, missão e práticas de preservação. A quarta seção discute as conexões entre museus indígenas universitários no

Brasil, enquanto o quinto capítulo analisa as trocas culturais e colaborações entre museus indígenas e regionais. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados da pesquisa e apresenta recomendações para o fortalecimento da rede de museus indígenas universitários no Brasil.

Museus universitários e a preservação cultural indígena

Os museus universitários têm sua origem no contexto das instituições acadêmicas, que buscam promover o ensino, a pesquisa e a extensão para a preservação e valorização de diversas culturas, no qual sua função é conservar, estudar e divulgar o patrimônio cultural, o que inclui a cultura indígena (Cury, 2016). Esses museus atuam como espaços de memória e conscientização, além de serem fundamentais na promoção do intercâmbio de saberes entre diferentes grupos sociais.

Contudo, por compreender e respeitar a pluralidade indígena, museus universitários – dedicados à contemplação e exposição de etnias diversas – também atuam a partir de diferentes perspectivas museológicas, tais como: 1) espaço de difusão científica; 2) laboratório de pesquisa e extensão acadêmica; 3) espaço de de fruição estética/artística e 4) espaço auxiliar para ministrar aulas da academia e para atividades escolares voltado para os professores da educação básica (Freires et al., 2024).

Dessa maneira, o papel desses museus é importante na preservação da cultura indígena, pois eles atuam na conservação de saberes e práticas, como as artes, danças e rituais, que são parte do patrimônio imaterial desses povos. Ademais, esses museus têm a responsabilidade de disseminar esses conhecimentos para a sociedade, especialmente por meio de reflexões sobre as questões indígenas e o respeito por suas culturas (Cury, 2016). À vista disso, a

presença dos museus dentro das universidades possibilita uma articulação entre o campo acadêmico e as comunidades indígenas, permitindo o estudo aprofundado e a visibilidade das suas culturas.

Exemplificando, o Museu do Índio no Rio de Janeiro e o Museu do Índio de Uberlândia são exemplos de instituições que promovem a preservação cultural indígena, os quais realizam exposições e ações educativas que valorizam e divulgam as culturas indígenas (Mendonça; Costa; Karajá, 2022). Estes museus oferecem espaços de estudo e pesquisa que favorecem o entendimento das diversas manifestações culturais indígenas e, por conseguinte, são recursos fundamentais na construção de um diálogo intercultural com a sociedade.

Nessa perspectiva, a relação entre universidades e comunidades indígenas deve ser baseada no respeito mútuo, fortalecendo o diálogo intercultural, valorizando saberes tradicionais e ampliando oportunidades de aprendizagem e colaboração, com ênfase na gestão compartilhada e ética do patrimônio cultural. Originada pela necessidade de inclusão e reconhecimento das culturas indígenas dentro do espaço acadêmico, essa parceria busca envolver os indígenas no processo de preservação e gestão de seus próprios bens culturais (Krenak, 2019).

Ademais, as universidades devem colaborar com as comunidades indígenas respeitando sua autonomia e suas tradições, de modo que as decisões sobre o patrimônio cultural indígena sejam tomadas de maneira compartilhada e com a participação ativa desses povos, no qual isso garante que as práticas culturais sejam representadas de forma fiel e que as ações acadêmicas atendam às necessidades das comunidades (Cury, 2020). Ao mesmo tempo, essa

colaboração fortalece as universidades, tornando-as espaços mais inclusivos e capazes de gerar conhecimento que valorize a diversidade cultural brasileira⁶.

Um exemplo dessa colaboração é a parceria entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e diversas comunidades indígenas locais. Desse modo, a UFAM, por meio de seu Museu do Índio, trabalha com as comunidades para preservar o patrimônio cultural indígena, assegurando que as tradições e valores das populações sejam respeitados e adequadamente representados no acervo do museu (Paz, 2013; Andrade; Iadanza; Matsunaga, 2021).

À vista disso, a discussão acerca da proteção jurídica do patrimônio cultural indígena exige especial atenção no campo das políticas públicas e da legislação. Historicamente, os povos indígenas foram marginalizados dos processos decisórios que envolveram a gestão de seus bens culturais. No entanto, avanços importantes podem ser observados a partir da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a diversidade étnica e cultural do país, dedicando às sociedades indígenas um capítulo específico. Esta norma fundamental garantiu direitos relacionados à preservação de suas línguas, tradições, costumes e territórios, oportunizando uma ruptura com paradigmas assimilacionistas anteriores (Brasil, 1988). Segundo Oliveira e Costa (2020), "a Constituição de 1988 foi um divisor de águas na tutela jurídica dos direitos culturais indígenas, ao reconhecer a legitimidade de suas formas próprias de organização e expressão cultural" (p. 78).

Além da Constituição, diversos instrumentos normativos e declarações internacionais passaram a enfatizar a importância da participação indígena na preservação de seus patrimônios culturais. Destaca-se a Declaração das Nações

⁶ A exemplo dessa valorização, citam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que determinam a obrigatoriedade das instituições de ensino de valorizar a pluralidade étnico-racial da sociedade brasileira.

Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, a qual estabelece o direito desses povos de praticar e revitalizar suas tradições culturais e costumes, acessar livremente seus sítios religiosos e culturais e utilizar seus objetos cerimoniais (ONU, 2007). Como afirma Ramos e Pereira (2021), "o acesso autônomo aos sítios e objetos sagrados é condição fundamental para a continuidade das práticas culturais indígenas e para a reconstrução de suas memórias coletivas" (p. 142).

No âmbito nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também adotou medidas relevantes com vistas à proteção do patrimônio cultural indígena. Dessa maneira, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída em 19 de setembro de 2018, estabeleceu diretrizes específicas para o reconhecimento e a preservação dos bens materiais desses povos. Tal política representa uma inovação ao dedicar um capítulo próprio às particularidades do patrimônio indígena, reconhecendo a necessidade de abordagens diferenciadas que respeitem os modos próprios de produção, uso e significação dos objetos culturais (IPHAN, 2018). Conforme Silva (2022), "a inclusão explícita dos povos indígenas nas políticas patrimoniais do IPHAN aponta para uma mudança paradigmática no tratamento das diversidades culturais no Brasil" (p. 95).

Apesar desses avanços, persistem desafios quanto à implementação efetiva dessas normativas e à participação ativa dos indígenas nos processos de gestão patrimonial. Muitas vezes, as práticas institucionais ainda reproduzem lógicas coloniais, impondo interpretações externas aos objetos e saberes indígenas. Diante disso, é necessário fortalecer mecanismos de consulta e de consentimento prévio, livre e informado, bem como promover ações formativas que considerem os protagonismos indígenas nas decisões que afetam seus patrimônios. De acordo com Nascimento (2023), "o consentimento prévio não

pode ser visto apenas como uma formalidade burocrática, mas como um espaço de negociação real, respeitando a autodeterminação dos povos indígenas" (p. 211).

Ou seja, a ampliação da discussão sobre políticas públicas e legislações voltadas ao patrimônio cultural indígena revela-se fundamental para consolidar os avanços conquistados e corrigir distorções históricas. Desse modo, o reconhecimento da diversidade cultural e a efetiva inclusão dos povos indígenas na definição das estratégias de preservação são passos imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa, que valorize a pluralidade de memórias e saberes que compõem o patrimônio nacional. Como afirma Almeida (2019), "proteger o patrimônio indígena é não apenas uma ação de justiça histórica, mas um imperativo ético de reconhecimento da diferença como elemento constitutivo da identidade nacional" (p. 58).

Nesse sentido, a inclusão de povos indígenas nas ações acadêmicas e museológicas tem suas raízes na necessidade de garantir uma maior representatividade e autenticidade no tratamento do patrimônio cultural desses povos. Essa prática se baseia no reconhecimento de que as culturas indígenas devem ser estudadas, preservadas e divulgadas sob suas próprias perspectivas, permitindo que suas narrativas e valores sejam respeitados (Cury, 2012).

Ainda assim, a inclusão dos povos indígenas nas atividades acadêmicas e museológicas é uma forma de dar voz a esses povos, que, ao longo da história, foram marginalizados e invisibilizados. Desse jeito, a participação indígena em atividades como a curadoria de exposições, em oficinas de arte, em projetos de pesquisa e na elaboração de políticas de preservação cultural, é um passo importante na promoção de uma educação mais justa e intercultural (Descallées; Mairesse, 2013). Essa prática também contribui para

contracolonização⁷ do saber, permitindo que as culturas indígenas influenciem o conteúdo das universidades.

Em vista disso, em universidades como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a inclusão de indígenas nas atividades acadêmicas ocorre por meio de programas de extensão, como oficinas de arte e cultura, nos quais os indígenas compartilham seus conhecimentos com estudantes e professores (Tassinari *et al.*, 2013). Além disso, iniciativas como a curadoria de exposições feitas por indígenas garantem que suas histórias sejam contadas por eles mesmos, o que enriquece o processo de ensino e aprendizagem.

E, também, a atuação prática do MUPI da UFU fundamenta-se em um modelo participativo que reconhece a importância da presença indígena como elemento central nas ações acadêmicas e museológicas. Tal prática resulta de um movimento consciente de valorização da representatividade e da autenticidade no tratamento do patrimônio cultural indígena, alinhando-se à perspectiva defendida por Cury (2012), segundo a qual os próprios povos devem ser protagonistas na preservação e divulgação de seus acervos e saberes.

No cotidiano do MUPI, a inclusão indígena ocorre por meio de diversas estratégias de aproximação e de diálogo, que se materializam na participação ativa de lideranças, estudantes e artistas indígenas em diferentes níveis da vida acadêmica e museológica. Além disso, as comunidades indígenas são convidadas não apenas para colaborarem como fontes de informação, mas para

⁷ A partir do seu livro *A terra dá, a terra quer*, publicado em 2023, o conceito de contracolonização foi criado por Nego Bispo e diz respeito ao modo de vida que se difere do colonialismo e que ninguém havia nomeado. Parte da supremacia do colonialismo se dá ao colocá-lo como um modelo e ponto de partida. Nego Bispo, por sua vez, faz diferente e nomeia o colonialismo como o antídoto de si mesmo. Tal ação revela que o estilo de vida africano, quilombola, indígena, banto, iorubá, dentre outros são o que são e não movimentam-se a partir de um simples contraponto do que é o colonialismo (Santos, 2023).

atuarem diretamente na curadoria das exposições, na elaboração de roteiros museográficos e na definição das políticas de gestão do acervo. Assim, são respeitadas suas narrativas, valores e modos próprios de organização do conhecimento, conforme propõem Desvallées e Mairesse (2013).

Além da participação na curadoria, o MUPI oportuniza oficinas, rodas de conversa e eventos formativos conduzidos por indígenas. Tais atividades incluem práticas artísticas, linguísticas, saberes tradicionais e discussões sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelos povos originários. Nesse sentido, essa metodologia oportuniza uma educação intercultural, em que o conhecimento tradicional é compreendido não como objeto de estudo, mas como produção viva e dinâmica, capaz de influenciar e transformar o ambiente universitário.

Inspirado em experiências similares, como as desenvolvidas na UFSC — onde indígenas protagonizam oficinas e curadorias, compartilhando seus saberes diretamente com docentes e discentes (Tassinari *et al.*, 2013) —, o MUPI adota uma prática que busca ultrapassar a simples representação para efetivar uma coprodução de conhecimento. Dessa maneira, contribui-se para a descolonização das práticas acadêmicas, permitindo que epistemologias indígenas permeiem conteúdos de ensino, pesquisa e extensão.

Dessarte, é fulcral pontuar que, a atuação do MUPI reforça o compromisso com a construção de espaços de aprendizagem democrática e plural, nos quais as vozes indígenas não sejam apenas incluídas, mas constituam fundamentos estruturais da atuação acadêmica e museológica da instituição, no qual o museu, portanto, torna-se não apenas um local de exposição, mas um ambiente de encontro de saberes, reconhecimento de direitos culturais e fortalecimento das identidades indígenas em sua diversidade.

Outrossim, a origem dos museus universitários na educação indígena remonta à necessidade de criar espaços de aprendizado sobre as culturas originárias, tanto para estudantes indígenas quanto não indígenas (Meirelles, 2015). Esses museus, além de preservar a memória cultural, tornam-se instrumentos educacionais importantes, proporcionando uma educação intercultural.

Dessa forma, a relevância dos museus universitários no contexto da educação indígena é imensa, pois esses espaços não apenas preservam o patrimônio, mas também atuam como ambientes de ensino, aprendizado e conscientização sobre a diversidade cultural brasileira. Para estudantes indígenas, esses museus representam um espaço de resgate e valorização de sua identidade cultural, enquanto para estudantes não indígenas, eles funcionam como espaços educativos sobre a história, as tradições e os direitos dos povos indígenas (Sá, 2013).

Nesse viés, o MUPI em Uberlândia, por exemplo, promove atividades educativas para estudantes indígenas e não indígenas. Através de exposições, *workshops* e palestras, o MUPI proporciona uma experiência de aprendizado e sensibilização sobre a diversidade cultural e os desafios enfrentados pelos povos indígenas (Queiroz, 2020).

Muitas vezes, as instituições acadêmicas não possuem recursos necessários para implementar ações eficazes de preservação do patrimônio cultural indígena e realizar colaborações com as comunidades indígenas. Dentre os principais desafios enfrentados incluem a falta de recursos financeiros, a escassez de infraestrutura adequada para conservar os acervos, e as barreiras institucionais que dificultam a colaboração com as comunidades indígenas (Abreu; Chagas, 2009). Esses obstáculos podem impedir que as universidades cumpram plenamente seu papel como guardiãs do patrimônio

cultural indígena e promotoras de um ensino intercultural.

Assim sendo, o Museu do Índio de Uberlândia, por exemplo, enfrenta dificuldades financeiras que dificultam a expansão e a conservação do seu acervo, bem como a falta de um suporte institucional desenvolvido tem sido um dos maiores desafios para estabelecer uma colaboração mais ampla e contínua com as comunidades indígenas locais (Anatta, 2018). Esses desafios revelam a necessidade de políticas públicas específicas para a preservação e valorização do patrimônio indígena nas universidades.

Além do exposto, ressalta-se que, a consolidação do MUPI, da UFU, enfrenta uma série de desafios que são comuns a muitos museus universitários no Brasil, especialmente no que se refere à gestão institucional, à segurança patrimonial e à sustentabilidade financeira (Anatta, 2018). Nesse sentido, o Plano Museológico é reconhecido como o principal instrumento de gestão para os museus brasileiros, conforme estabelecido pela Lei nº 11.904/2009 (Institui o Estatuto de Museus) e pelo Decreto nº 8.124/2013. Trata-se de um documento orientador que define as diretrizes, metas e estratégias para o funcionamento pleno da instituição, abrangendo as áreas de documentação, pesquisa, comunicação, preservação e administração do acervo.

Até o momento, não foi amplamente divulgado que o MUPI disponha de um Plano Museológico próprio completo e implementado, mas segue as exigências solicitadas no Plano Museológico, que é um documento obrigatório pelo Estatuto de Museus - Lei nº 11.904/2009, bem como segue as exigências solicitadas no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), no qual foi lançado em 2003, dentro do Programa Nacional de Museus, coordenado pelo então recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). (Anatta, 2018). Dessa maneira, a ausência de tal instrumento, reflete uma realidade recorrente entre museus universitários, marcada pela carência de recursos financeiros, pessoal

técnico especializado e apoio institucional, no qual sem um plano estruturado, o museu enfrenta dificuldades para organizar suas ações de forma contínua e estratégica, limitando sua capacidade de captar recursos, desenvolver projetos de extensão e estabelecer parcerias sólidas.

Assim sendo, a elaboração de um Plano Museológico não é apenas uma exigência normativa, mas uma ferramenta fundamental para assegurar a identidade institucional do museu, promover sua visibilidade social e garantir a conservação de seu patrimônio cultural em consonância com as políticas públicas de cultura e patrimônio. Outro aspecto de gestão imprescindível refere-se à adoção de um Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI), no qual a legislação nacional impõe a necessidade de que todos os museus possuam um plano atualizado, visando à proteção do acervo, das instalações físicas e dos visitantes. À exemplo disso, se tem a tragédia do Museu Nacional, que ocorreu em 2018, reiterou a urgência da implantação de protocolos de segurança mais eficientes nas instituições culturais.

No caso do MUPI, até onde as informações públicas permitem identificar, não há confirmação oficial sobre a existência e implantação de um PPCI, ou seja, essa lacuna, expõe o museu a riscos graves, no qual a implementação de um PPCI demanda investimentos em infraestrutura de combate a incêndios, treinamentos específicos para a equipe e revisões periódicas de segurança — ações que esbarram nas dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas universidades públicas.

Considerando a escassez orçamentária, a UFU e o MUPI têm buscado alternativas para assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades museológicas. Dentre elas, as principais estratégias adotadas incluem:

- **Editais Públicos:** Submissão de projetos a editais promovidos por órgãos como o IBRAM, Ministério da Cultura e secretarias estaduais e

municipais.

Convênios e Parcerias: Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, universidades estrangeiras, fundações culturais e organismos internacionais.

- **Emendas Parlamentares:** Solicitação de recursos por meio de emendas parlamentares destinadas à cultura, ciência e tecnologia, em nível estadual e federal.
- **Patrocínios Privados:** Aproximação com empresas privadas, valendo-se da Lei Rouanet e de iniciativas de responsabilidade social para obtenção de apoio financeiro.
- **Campanhas Comunitárias:** Mobilização de comunidades acadêmicas e indígenas em campanhas de doação, reforçando a dimensão participativa do museu.

Logo, a capacidade de sucesso nessas estratégias depende da existência de planejamento sólido, regularidade institucional e equipe técnica capaz de gerenciar projetos, elaborar prestações de contas e executar ações em conformidade com as exigências dos financiadores.

O MUPI de Uberlândia

O MUPI foi fundado em 1987 com o objetivo de promover a preservação, valorização e estudo da cultura indígena, sendo um espaço dedicado à disseminação do patrimônio cultural dos povos originários, no qual a sua origem remonta à crescente conscientização sobre a importância de integrar as temáticas indígenas ao ambiente acadêmico, tendo sido instituído na UFU, no estado de Minas Gerais (Anatta, 2018). Desta forma, o MUPI reflete uma estratégia institucional para garantir a inclusão e o protagonismo indígena dentro do campo acadêmico e cultural.

À vista disso, o fortalecimento do protagonismo indígena na esfera acadêmica e museológica representa uma dimensão essencial das lutas

contemporâneas por reconhecimento, autonomia e preservação cultural (Meirelles, 2017). Dessa forma, os museus universitários indígenas surgem como instrumentos estratégicos nesse processo, consolidando-se não apenas como espaços de preservação patrimonial, mas também como arenas de luta política e afirmação social. Distanciando-se da concepção tradicional de museus como simples depositários de objetos, essas instituições configuram-se como ambientes vivos, orientados pela participação ativa das comunidades na construção, curadoria e gestão das narrativas sobre si mesmas (Meirelles, 2017).

Nesse contexto, é fundamental compreender que a criação e fortalecimento dos museus universitários indígenas não se limitam a ações de valorização cultural. Trata-se, sobretudo, da materialização de demandas históricas por autonomia e por espaços de expressão próprios, em que a memória coletiva, as epistemologias e os modos de vida indígenas sejam representados sob sua própria perspectiva (Meirelles, 2017). Assim, esses museus operam como extensões das organizações políticas indígenas, articulando a salvaguarda do patrimônio imaterial e material à afirmação dos direitos territoriais, linguísticos e educativos.

Consoante a essa perspectiva, iniciativas como o MUPI exemplificam o potencial desses espaços para oportunizar a formação acadêmica crítica e engajada, ampliando a presença indígena nas universidades e fortalecendo redes de resistência e de produção de conhecimento (Anatta, 2018). Desse modo, ao assumirem o controle sobre a produção e a circulação de suas narrativas, os povos indígenas desafiam práticas museológicas excludentes e consolidam estratégias de autodefinição e fortalecimento comunitário.

Ou seja, o protagonismo indígena nos museus universitários expressa uma profunda transformação nas relações entre povos indígenas e instituições de ensino e cultura, redirecionando o foco para práticas de autodeterminação,

educação intercultural e reconstrução histórica, nos quais esses museus não apenas preservam memórias, mas forjam futuros possíveis para a luta indígena no Brasil contemporâneo (Meirelles, 2017).

Dessa maneira, o MUPI surgiu como uma resposta à necessidade de ampliação do entendimento sobre a cultura indígena no contexto acadêmico, que muitas vezes estava desconectado das realidades e especificidades das populações originárias. Além de ser um espaço para o estudo e conservação de artefatos e práticas indígenas, o museu se propõe a ser um ambiente que incentive o diálogo entre a academia e as comunidades indígenas locais, valorizando suas tradições, histórias e conhecimentos (Meirelles, 2017). A partir desta ótica, pontua-se que sua criação foi também uma forma de reconhecer a importância dessas culturas na formação da sociedade brasileira, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel da universidade na preservação e valorização da diversidade cultural.

Um exemplo concreto do impacto do MUPI é a exposição *“A Arte dos Povos Indígenas do Brasil”*, que trouxe ao público da UFU a oportunidade de conhecer de perto a arte produzida por diferentes etnias indígenas do Brasil (Silva, 2015). Dessa forma, a curadoria dessa exposição foi realizada com a colaboração de lideranças indígenas, o que garantiu que as obras fossem apresentadas de forma autêntica e respeitosa, permitindo ao público uma compreensão mais profunda da riqueza cultural dos povos originários.

Nessa perspectiva, a interação entre museus universitários e as comunidades indígenas locais tem se mostrado fundamental para o fortalecimento do vínculo entre as culturas tradicionais e o meio acadêmico, no qual o MUPI, em particular, valoriza essas conexões, entendendo que o respeito às necessidades das comunidades indígenas é um elemento central em sua atuação (Ferreira Filho, 2015). Esse tipo de parceria baseia-se em um processo

de diálogo contínuo, garantindo que as iniciativas do museu estejam alinhadas com as perspectivas e necessidades dessas populações.

Diante disso, o MUPI se destaca pela sua abordagem inclusiva, permitindo que as comunidades indígenas não sejam apenas participantes passivas, mas que desempenhem um papel ativo na gestão e desenvolvimento do museu. Através de parcerias com as comunidades locais, o museu consegue refletir suas preocupações e visões dentro do seu acervo e nas exposições, tornando-se um espaço que favorece o protagonismo indígena e, ao mesmo tempo, promove a conscientização pública sobre questões relevantes, como os direitos territoriais e culturais (Anatta, 2018).

Como por exemplo, a parceria entre o MUPI e as comunidades indígenas é o projeto de co-curadoria de exposições, nos quais as lideranças indígenas locais são convidadas a colaborar com a escolha dos artefatos a serem expostos, bem como com o desenvolvimento das narrativas que serão apresentadas (Fagundes, 2015). Isso permite que o museu reflita as perspectivas e vozes autênticas das comunidades, sem distorções ou imposições externas.

Além do mais, a constituição e a gestão de museus etnográficos indígenas, como o MUPI da UFU, têm se fundamentado em práticas de curadoria colaborativa, no qual este modelo rompe com a tradição de museus que interpretavam culturas indígenas apenas por meio de olhares externos, promovendo agora o protagonismo dos próprios povos na gestão de seus patrimônios, memórias e identidades (Anatta, 2018).

Nos museus indígenas contemporâneos, a curadoria é um processo comunitário, no qual a seleção dos objetos e a concepção das exposições ocorrem com a participação direta de representantes indígenas. No caso do MUPI, por exemplo, esse processo é conduzido por meio de comissões indígenas compostas por estudantes, lideranças e pesquisadores indígenas

vinculados à UFU, nos quais as decisões curatoriais envolvem reuniões deliberativas, nas quais são discutidos o significado dos objetos, os protocolos de apresentação e os princípios éticos que orientam as exposições (Anatta, 2018). À vista disso, esta dinâmica também é observada em instituições como o Museu Kuikuro do Xingu, nos quais os próprios membros da comunidade Kuikuro planejam, organizam e apresentam as coleções, respeitando os saberes ancestrais e as formas tradicionais de conhecimento.

A partir dessa ótica, salienta-se que a seleção do acervo no MUPI é feita de modo participativo, levando em conta o valor simbólico dos objetos, sua representatividade cultural e sua relação com as práticas sociais e espirituais das comunidades de origem, no qual a pesquisa para contextualização das peças é realizada prioritariamente junto às próprias comunidades, por meio de entrevistas, rodas de conversa e trabalho de campo, respeitando a oralidade como fonte legítima de conhecimento (Anatta, 2018). Ainda assim, a catalogação também segue princípios próprios, evitando categorias ocidentais rígidas e priorizando classificações indígenas, no qual cada item é registrado com informações detalhadas sobre seu uso, significado, história e contexto de produção, muitas vezes preservando a língua indígena original.

Dessarte, este mesmo princípio é observado no Museu dos Povos Indígenas de Roraima, que adota protocolos participativos de catalogação e descrição das peças, sempre sob orientação das comunidades. Desse modo, a formação do acervo do MUPI ocorre por diferentes vias: doações espontâneas de lideranças indígenas, aquisição de objetos contemporâneos confeccionados por artesãos indígenas e, em alguns casos, parcerias com museus e centros culturais para repatriação de peças históricas (Fagundes, 2015). Nesse sentido, cada objeto que integra o acervo passa por um ritual de aceitação, que envolve a escuta comunitária sobre o significado da peça e sua pertinência para o museu,

no qual este processo reforça os vínculos entre o objeto, a comunidade e o espaço museológico, resguardando tanto o valor cultural quanto o respeito aos protocolos tradicionais.

No Museu Kuikuro, por exemplo, objetos sagrados só entram no acervo se autorizados pelas lideranças e, muitas vezes, são apresentados apenas sob condições específicas, como a realização de rituais de permissão (Instituto Brasileiro de Museus, 2011). No MUPI, a organização dos espaços expositivos é realizada com base em conceitos indígenas de mundo, tempo e espaço, nos quais as exposições são desenhadas para que o visitante experimente não apenas objetos isolados, mas imersões culturais que transmitam modos de vida, espiritualidades e saberes coletivos (Instituto Brasileiro de Museus, 2011; Anatta, 2018). Assim sendo, a seleção dos objetos leva em conta não apenas seu valor estético, mas também sua capacidade de comunicar a diversidade e a vitalidade das culturas indígenas. Itens como máscaras cerimoniais, instrumentos musicais, cestarias, adornos corporais e documentos audiovisuais são integrados em narrativas que privilegiam a voz indígena.

Assim como no Museu dos Povos Indígenas de Roraima, o MUPI adota estratégias expositivas que incluem narrativas orais, performances culturais, oficinas e rodas de conversa como parte da experiência museológica, rompendo com a concepção de museu como mero espaço de objetos inertes. Dessa maneira, o MUPI e outros museus etnográficos indígenas no Brasil representam importantes avanços na redefinição da museologia sob perspectiva decolonial e participativa, nos quais eles não apenas preservam patrimônios materiais, mas reafirmam culturas vivas, promovendo a construção de novos paradigmas museológicos em que o conhecimento, a história e a memória são narrados pelos próprios povos indígenas (Anatta, 2018).

Nesse viés, o quadro abaixo traz informações de forma resumida para melhor ser compreendido essa questão museológica da curadoria e gestão dos museus indígenas.

Quadro comparativo 01 - Curadoria e Gestão de Museus Etnográficos Indígenas

Aspecto	Museu Universitário dos Povos Indígenas (MUPI)	Museu Kuikuro do Xingu	Museu dos Povos Indígenas de Roraima
Modelo de Curadoria	Curadoria colaborativa com participação de estudantes, lideranças e pesquisadores indígenas da UFU.	Curadoria comunitária dirigida diretamente pelos membros Kuikuro, com base em saberes ancestrais.	Curadoria participativa com forte envolvimento das comunidades locais de diferentes etnias.
Processo de Escolha do Acervo	Seleção feita em assembleias e reuniões, priorizando objetos de relevância cultural e espiritual.	Seleção de peças conduzida por lideranças e anciãos, com forte base ritual e espiritual.	Escolha de objetos baseadas em consultas às comunidades e oficinas de memória cultural.
Pesquisa e Catalogação	Pesquisa oral e documental feita por indígenas; catalogação que respeita as categorias tradicionais e os idiomas nativos.	Pesquisa oral, com histórias contadas pelos anciãos; catalogação com foco nas tradições narrativas e cosmológicas Kuikuro.	Documentação baseada em relatos das comunidades, priorizando línguas indígenas e categorias locais.
Formação do Acervo	Doações, confecção contemporânea de artefatos, parcerias para repatriação.	Produção contínua de novos artefatos e preservação de objetos antigos autorizados pela comunidade.	Coleta por meio de doações voluntárias e repatriação de itens históricos.

Entrada dos Objetos	Avaliação comunitária e rituais de aceitação cultural e simbólica.	Aprovação por rituais tradicionais, respeitando o caráter sagrado dos objetos.	Procedimentos definidos em assembleias comunitárias com autorização das lideranças.
Organização dos Espaços	Exposições imersivas que integram objetos, oralidade, performances e práticas culturais.	Espaços que recriam a vida tradicional Kuikuro, incluindo sons, mitos e rituais.	Exposições associadas a práticas culturais vivas e rodas de saber, focando em experiência sensorial.
Objetivo Central	Preservar e divulgar a cultura indígena com protagonismo acadêmico e comunitário.	Fortalecer a identidade Kuikuro e educar sobre sua cosmologia e história.	Valorizar a diversidade dos povos indígenas de Roraima e promover a interculturalidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O quadro evidencia a diversidade de práticas de curadoria e gestão dos museus etnográficos indígenas, destacando um elemento comum a todos: o protagonismo dos povos indígenas na constituição, preservação e interpretação de seus acervos culturais. Embora cada museu apresente particularidades conforme seus contextos sociais e históricos, é possível perceber tendências compartilhadas que fortalecem a autonomia indígena na produção museológica.

O MUPI se distingue por articular práticas museológicas acadêmicas e indígenas, sendo um espaço em que o diálogo entre saberes tradicionais e universitários amplia as possibilidades de representação cultural, no qual sua estrutura organizacional favorece a inclusão de múltiplas etnias indígenas vinculadas à UFU, possibilitando uma construção museológica plural.

O Museu Kuikuro do Xingu, por sua vez, apresenta um modelo ainda mais centrado na tradição local, com forte presença das lideranças e anciãos na

definição dos processos de escolha, organização e exibição dos objetos. Isso reforça a dimensão cosmológica e ritualística do museu, tornando-o não apenas um espaço de memória, mas também um prolongamento da vida cultural da aldeia.

Já o Museu dos Povos Indígenas de Roraima adota uma abordagem que busca representar a diversidade étnica do estado, promovendo processos museológicos que valorizam a interculturalidade e a construção coletiva de narrativas, sem perder a conexão com os rituais e valores espirituais das comunidades participantes.

Em todos os casos, a seleção, catalogação e exibição dos objetos rompem com práticas colonizadoras tradicionais, adotando metodologias participativas, narrativas plurais e respeito aos modos de vida indígenas. O quadro também revela que o conceito de acervo dos museus indígenas transcende a materialidade: cada objeto carrega histórias, cosmologias e afetos que só podem ser compreendidos em sua integralidade dentro das próprias lógicas culturais dos povos.

Assim, o quadro comparativo não apenas organiza informações, mas permite visualizar como o campo museológico indígena brasileiro vem se consolidando em torno dos princípios de autonomia cultural, interculturalidade crítica e epistemologias de resistência.

Como instituição de ensino vinculada à UFU, o MUPI tem uma função educativa fundamental, pois ele não apenas preserva e difunde a cultura indígena, mas também promove um espaço de conscientização sobre as questões que envolvem os povos originários (Anatta, 2018). Dessa forma, o museu atua como um ponto de encontro para discussões e reflexões sobre as diversas temáticas relacionadas às populações indígenas, como direitos humanos, identidade cultural, sustentabilidade e resistência.

Nessa ótica, cabe salientar que o MUPI é uma ferramenta estratégica para promover o respeito à diversidade cultural, contribuindo para a educação de estudantes e comunidade em geral sobre os povos indígenas. Ou seja, as atividades educativas que ocorrem nos museus, em especial, os museus universitários, como visitas guiadas, palestras e workshops, buscam sensibilizar o público sobre as problemáticas e desafios enfrentados por essas comunidades. Neste sentido, o museu é palco de intercâmbios culturais, facilitando a interação entre diferentes grupos étnicos e estimulando a construção de um futuro mais inclusivo (Instituto Brasileiro de Museus, 2011).

À exemplo disso, a atuação do MUPI nesse campo remete ao ciclo de palestras *“Diversidade Indígena”*, realizado anualmente, no qual especialistas, indígenas e acadêmicos (discentes, docentes e pesquisadores) se reúnem para debater temas como preservação cultural, direitos territoriais e a luta por políticas públicas (Assunção, 2017). Essas discussões são abertas ao público, contribuindo para o processo de conscientização e empoderamento dos participantes sobre questões de relevância social e cultural.

Além do mais, o acervo⁸ do MUPI é composto por uma vasta coleção de artefatos, documentos e obras de arte que refletem a diversidade cultural dos povos indígenas, nos quais esses materiais são cuidadosamente selecionados para garantir a representatividade de diferentes etnias e suas respectivas tradições (Biggi; Silva, 2024). A partir dessa visão, a estrutura do museu foi pensada para que as exposições e o acervo possam ser apreciados de forma acessível, respeitosa e pedagógica, bem como a curadoria busca refletir uma

⁸ O acervo do MUPI é constituído por 2.500 objetos de, aproximadamente, 80 grupos indígenas, tais como Indumentárias, Cerâmica, Objetos Mágicos e Lúdicos, Plumária, Trançados, Armas, Objetos de Uso e Conforto Doméstico. As coleções atuais são as seguintes: “Maria Oranides Crosara”, Plumária Erigpagtsá, Bonecas Karajá, Conjunto Tapirapé, Conjunto Maxakalí, Cestaria Kaingang e Conjunto Mentuktire.

visão ampla e autenticamente indígena, respeitando as tradições culturais e as histórias dessas populações.

Ainda assim, a representatividade no MUPI é um aspecto essencial, uma vez que ele atua como um canal para dar voz e visibilidade aos povos indígenas, nos quais as coleções e exposições são concebidas em estreita colaboração com as próprias comunidades indígenas, para que possam ser retratadas de maneira fiel, sem distorções ou apropriações indevidas (Biggi; Silva, 2024). Ademais, o museu busca trazer à tona o protagonismo indígena, destacando figuras e líderes das comunidades, suas histórias e suas contribuições para a sociedade.

Em vista disso, a representatividade do MUPI retrata a exposição "*Vozes Indígenas do Cerrado*", que tem como objetivo dar visibilidade às várias etnias do interior de Minas Gerais (Biggi; Silva, 2024). Nessa exposição, a curadoria foi feita com a participação de membros dessas comunidades, garantindo que a representação visual e discursiva fosse autêntica e adequada às suas visões de mundo.

Nesse sentido, as exposições do MUPI desempenham um papel fundamental na divulgação do conhecimento acadêmico e na sensibilização da comunidade sobre as questões indígenas, nos quais elas não apenas educam os visitantes sobre a riqueza cultural dos povos originários, mas também servem como ferramenta de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural (Arslan; Santos, 2015). Assim sendo, o MUPI utiliza suas exposições para promover diálogos interculturais, ampliando a visão da sociedade sobre as diferentes formas de vida e cosmovisões indígenas.

Além de promover a educação formal, as exposições do MUPI têm um impacto direto na comunidade local e na sociedade em geral, nos quais elas atraem visitantes de diferentes segmentos da população, incluindo estudantes,

pesquisadores, professores e o público em geral, que têm a oportunidade de conhecer e refletir sobre a cultura indígena a partir de uma perspectiva acadêmica (Arslan; Santos, 2015). Desse modo, as exposições contribuem também para o fortalecimento da identidade indígena e para o reconhecimento da sua importância na construção da história e da cultura brasileira.

Tendo como exemplo, a exposição "*Identidade Indígena na Contemporaneidade*", que debate os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no Brasil contemporâneo, no qual esta exposição não apenas apresenta os elementos culturais dos povos indígenas, mas também promove debates sobre questões como a demarcação de terras, os direitos indígenas e os impactos da globalização sobre suas tradições (Cury, 2016). Assim, a exposição atrai tanto a comunidade acadêmica quanto o público em geral, contribuindo para a disseminação de informações e a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

Conexões entre museus indígenas universitários

O mapeamento de museus indígenas universitários é uma prática essencial para a identificação e catalogação de museus que têm como foco a preservação e a valorização das culturas indígenas, no qual a origem desse processo remonta à necessidade de criar um inventário e um diagnóstico sobre a presença de museus que atendem ou colaboram com comunidades indígenas no contexto acadêmico (Abreu, 2005; Instituto Brasileiro de Museus, 2011). A partir deste mapeamento, especialistas, pesquisadores, discentes, docentes podem estudar as estratégias desses museus, seus acervos e o impacto de suas ações culturais.

Dessa forma, o mapeamento desses museus é de extrema importância para compreender como as universidades brasileiras têm se relacionado com as culturas indígenas e de que forma essas instituições podem colaborar com as comunidades originárias, pois a escassez de museus específicos para as culturas indígenas nas universidades revela a marginalização dessa temática dentro das instituições de ensino superior, destacando a importância de identificar e apoiar as iniciativas existentes (Abreu, 2005; Instituto Brasileiro de Museus, 2011). Nesse contexto, o mapeamento é uma ferramenta estratégica que pode impulsionar políticas públicas e ações de preservação cultural.

Exemplos de mapeamento de museus indígenas incluem iniciativas como o MUPI, que busca não apenas catalogar o patrimônio, mas também promover a troca de experiências e recursos entre diferentes museus universitários indígenas (Mano, 2022). O mapeamento também permite identificar lacunas, como a falta de museus em determinadas regiões, e propor soluções para expandir essas iniciativas, fortalecendo o vínculo entre as universidades e as comunidades indígenas.

Nessa perspectiva, os museus indígenas universitários têm a função de preservar e divulgar a cultura indígena dentro do espaço acadêmico, nos quais eles têm origem na crescente valorização das tradições indígenas nas universidades, que reconhecem a importância da representação das comunidades originárias na educação superior (Chagas, 1996). Cada museu tem características particulares, que podem ser influenciadas pela localização geográfica, pela história e pelas demandas das próprias comunidades indígenas envolvidas.

Embora o objetivo principal desses museus seja o mesmo – a preservação e valorização do patrimônio indígena –, as abordagens adotadas podem variar significativamente, pois alguns museus se concentram mais na preservação de

artefatos e objetos tradicionais, enquanto outros podem focar em ações educativas, envolvendo a comunidade acadêmica e indígena em processos de ensino e aprendizagem (Cury, 2005). A diferença nas abordagens pode ser vista nas coleções de cada museu, nas exposições realizadas e nas metodologias pedagógicas empregadas.

Um exemplo é o Museu do Índio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se distingue pela sua coleção histórica e pela atuação na conscientização sobre as questões indígenas em nível nacional e internacional (Russi; Fajardo, 2021). Já o Museu de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) adota uma abordagem mais voltada para a ciência e a tecnologia associadas às tradições indígenas (Silva; Silva; Nunes, 2016; Rezende *et al.*, 2023). A partir desta ótica, apesar das diferenças, ambos os museus têm em comum o compromisso com a preservação e o diálogo intercultural, colaborando com as comunidades indígenas para promover visibilidade e compreensão de sua cultura.

Ademais, a colaboração entre museus indígenas universitários, como o MUPI, e outras instituições, baseia-se no compartilhamento de conhecimentos, acervos e boas práticas que contribuem para a preservação e valorização das culturas indígenas (Abreu, 2005; Instituto Brasileiro de Museus, 2011). Nessa perspectiva, essa colaboração tem sua origem na necessidade de ampliar a visibilidade e o impacto das iniciativas de preservação cultural, criando redes de apoio mútuo entre diferentes museus e promovendo a troca de experiências.

Desse modo, a potencial colaboração entre o MUPI e outros museus indígenas universitários pode resultar em uma rede mais forte e coesa de preservação e valorização das culturas indígenas. Ou seja, o MUPI pode, por exemplo, atuar como um ponto de encontro entre museus que compartilham os mesmos objetivos e desafios, colaborando na troca de metodologias, na

ampliação de acervos e na criação de exposições conjuntas (Anatta, 2018). Essa colaboração fortalece o movimento de descolonização e aumenta a conscientização sobre a importância da cultura indígena dentro das universidades.

Exemplificando, uma parceria entre o MUPI e o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) poderia permitir o intercâmbio de peças e a realização de exposições itinerantes, além de oficinas e seminários conjuntos (Gomes, 2016). Esse tipo de colaboração potencializa o impacto dos museus ao permitir que as comunidades indígenas de diferentes regiões do Brasil compartilhem suas histórias e tradições, contribuindo para uma maior visibilidade e reconhecimento de suas culturas.

À vista disso, os museus indígenas em instituições de ensino superior enfrentam diversos desafios, com destaque para a falta de financiamento e o desinteresse institucional, nos quais esses desafios têm origem na negligência histórica das culturas indígenas dentro do ambiente acadêmico e nas dificuldades enfrentadas por essas instituições para garantir recursos suficientes para suas operações (Mccowan; Dietz, 2021). Além disso, a resistência por parte de algumas universidades em abraçar as questões indígenas e integrá-las de forma significativa nas suas atividades é um obstáculo importante.

Embora esses desafios sejam significativos, também existem diversas oportunidades para os museus indígenas universitários, no qual a crescente valorização da diversidade cultural no ambiente acadêmico e a criação de redes colaborativas são algumas dessas oportunidades (Mccowan; Dietz, 2021). Dessa forma, o aumento do interesse por parte das instituições de ensino superior em garantir a representação de povos indígenas pode resultar na criação de novas políticas de apoio, programas de financiamento e parcerias interinstitucionais que favoreçam o fortalecimento desses museus.

Por exemplo, o MUPI pode se beneficiar de parcerias com universidades públicas e privadas, que estão cada vez mais interessadas em promover a inclusão de temas indígenas nos currículos e nas práticas culturais (Anatta, 2018). Além disso, Mccowan e Dietz (2021) afirmam que o apoio de entidades governamentais e de organizações não governamentais que atuam na defesa dos direitos indígenas pode contribuir para garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade das atividades desses museus, superando os desafios estruturais que ainda enfrentam.

Sendo assim, as redes de museus universitários são plataformas de colaboração entre diferentes instituições de ensino superior, cujo objetivo é compartilhar recursos, saberes e acervos, nos quais originam-se da necessidade de fortalecer a atuação de museus que, isoladamente, enfrentam dificuldades para manter suas atividades (Mccowan; Dietz, 2021). Essas redes promovem o intercâmbio entre museus, possibilitando ações conjuntas que aumentam a visibilidade e a importância das culturas indígenas no ambiente acadêmico.

Com isso, o papel dessas redes no fortalecimento da cultura indígena é essencial, pois elas contribuem para a preservação e disseminação de práticas culturais que, muitas vezes, são invisibilizadas no contexto acadêmico. Ao promoverem a troca de experiências, esses intercâmbios criam oportunidades para que diferentes comunidades indígenas tenham acesso a recursos e programas que valorizam suas tradições (Tanguay, 2016). Ou seja, as redes também oferecem um espaço para que os museus atuem de forma colaborativa, fortalecendo suas ações de preservação e amplificando o impacto de suas atividades.

Um exemplo disso pode ser visto na colaboração entre a Rede de Museus Universitários Indígenas e o Museu do Índio, em que as práticas de preservação e valorização cultural de um museu podem ser adotadas por outros (Meirelles,

2017). Além disso, as redes de museus também promovem seminários, *workshops* e outras iniciativas que envolvem as comunidades indígenas e acadêmicas, promovendo o diálogo intercultural e a troca de conhecimentos entre diferentes grupos.

Museus indígenas e regionais: Conexões e trocas

A integração cultural entre museus indígenas e museus regionais refere-se à cooperação mútua que visa unir esforços para promover a valorização das culturas locais e indígenas. Essa prática tem sua origem na necessidade de romper com as fronteiras geográficas e culturais que frequentemente segregam o patrimônio indígena e o regional, permitindo uma aproximação entre as culturas e promovendo um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e culturais que envolvem esses povos (Souza; Souza, 2024).

Dessa forma, essa integração cultural contribui para a ampliação do alcance de ações culturais, permitindo que as histórias e os saberes indígenas se conectem com as tradições regionais. Por meio de parcerias, exposições e intercâmbios, os museus indígenas e regionais podem criar um espaço de diálogo e troca que enriquece tanto o público indígena quanto o regional (Dorta; Cury, 2000). Ou seja, ao trabalharem juntos, essas instituições podem destacar as semelhanças e diferenças entre as culturas, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel de cada uma na formação da identidade cultural local e nacional.

Um exemplo de integração cultural pode ser observado na colaboração entre o Museu de Arte do Rio (MAR) e museus indígenas em eventos que celebram tanto as tradições indígenas quanto as influências culturais regionais (Guedes; Freire, 2020). Nessas parcerias, há a possibilidade de realizar exposições conjuntas que integram arte indígena e arte contemporânea regional, fortalecendo o diálogo intercultural. Esse tipo de colaboração proporciona um espaço único de compreensão e valorização das diversas formas de expressão cultural que existem no Brasil (Freires *et al.*, 2023).

Nessa perspectiva, as trocas de experiências e exposições entre o MUPI e outros museus indígenas e regionais têm como objetivo compartilhar práticas curatoriais, acervos e metodologias, enriquecendo o campo da museologia indígena (Biggi; Silva, 2024). Dessa forma, a origem dessa prática está na busca por um intercâmbio de saberes e na valorização das diversas formas de representar as culturas indígenas, a fim de fortalecer o impacto de suas exposições, nos quais essas trocas são essenciais para aprimorar as práticas de preservação e exposição do patrimônio indígena.

Além disso, a troca de experiências entre museus amplia as possibilidades de intercâmbio de objetos e exposições, além de promover a capacitação de profissionais e educadores na área museológica indígena, no qual a realização de exposições itinerantes, por exemplo, permite que diferentes comunidades indígenas e públicas acadêmicas possam ter acesso a acervos variados, fomentando uma maior compreensão e respeito pelas culturas representadas (Biggi; Silva, 2024). Esse intercâmbio também facilita o fortalecimento de redes de apoio entre museus e comunidades, criando uma plataforma de colaboração constante.

Como por exemplo, as exposições como a "*Artes do Brasil Indígena*", que envolveu museus como o MUPI e o Museu Nacional de Arqueologia, no qual

essa troca de exposições proporcionou não apenas a exibição de artefatos indígenas em diferentes locais, mas também a criação de debates sobre a importância da preservação do patrimônio indígena e a inclusão dessa temática no currículo acadêmico (Neves *et al.*, 2018). As trocas de experiências entre museus, portanto, são fundamentais para o fortalecimento das práticas museológicas e educativas voltadas para a cultura indígena.

Nesse sentido, as redes de museus desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio indígena ao promoverem uma conexão entre diferentes instituições de ensino e culturais que trabalham com as culturas indígenas (Fonseca; Gomide; Lanari, 2024). Essas redes têm sua origem na necessidade de estabelecer uma comunicação mais eficiente entre museus, coletando e compartilhando informações sobre práticas culturais, objetos e tradições indígenas, pois elas atuam como uma plataforma estratégica para criar iniciativas colaborativas e integradas que protejam o patrimônio cultural indígena.

Ainda assim, as redes de museus são fundamentais para a preservação do patrimônio indígena, pois garantem que as práticas culturais e os artefatos permaneçam acessíveis às futuras gerações, no qual ao facilitar o intercâmbio de recursos, conhecimentos e acervos, essas redes contribuem para o fortalecimento da preservação e da divulgação do patrimônio indígena (Fonseca; Gomide; Lanari, 2024). Ademais, elas ajudam a criar políticas públicas mais eficazes para a conservação do patrimônio cultural, por meio da atuação em conjunto com as universidades, museus e organizações de defesa dos direitos indígenas.

Em vista disso, um exemplo de atuação de redes de museus pode ser encontrado na Rede de Museus Universitários Indígenas, que conecta museus como o MUPI com outras instituições ao redor do país (Silva, 2023). Essa rede

possibilita a realização de projetos de preservação de objetos e artefatos indígenas, além de promover a documentação de práticas culturais ameaçadas, nos quais as redes também são responsáveis por integrar a preservação do patrimônio indígena com a educação, promovendo ações como cursos de capacitação para educadores e curadores.

Outrossim, as exposições itinerantes são exposições que circulam por diferentes localidades, levando o patrimônio cultural de uma região para diversas audiências, no qual sua origem está na necessidade de ampliar o acesso a culturas e acervos que, de outra forma, permaneceriam restritos a um único local (Fonseca; Gomide; Lanari, 2024). Essas exposições têm um papel fundamental ao permitir que a cultura indígena seja vista e compreendida por públicos diversos, contribuindo para a visibilidade e o reconhecimento de sua riqueza cultural.

Desse modo, a importância das exposições itinerantes é refletida na sua capacidade de democratizar o acesso à cultura indígena, levando-a a diferentes regiões e comunidades, pois elas permitem que a cultura indígena, muitas vezes invisibilizada ou marginalizada, ganhe destaque e seja reconhecida por públicos que talvez não tivessem acesso a esse tipo de conteúdo de outra forma (Fonseca; Gomide; Lanari, 2024). Também, as exposições itinerantes podem criar uma plataforma para o intercâmbio cultural, promovendo o entendimento e o respeito entre diferentes culturas e públicos.

À exemplo disso, a exposição "*A Arte do Povo Yanomami*", que percorreu várias cidades brasileiras, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, no qual essa exposição trouxe ao público o rico universo artístico e cultural dos Yanomami, proporcionando uma experiência única que sensibilizou as pessoas para a importância da preservação dessa cultura (Garbe, 2024). Ainda mais, a

exposição gerou debates sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil e as questões de visibilidade e preservação de suas tradições.

Sendo assim, as colaborações interinstitucionais entre museus regionais e indígenas buscam integrar as práticas culturais locais com as representações indígenas, com o intuito de fortalecer as identidades culturais de ambos os grupos (Penha, 2019; Martins, 2023). Essas colaborações têm origem na necessidade de valorizar as tradições indígenas no contexto mais amplo da cultura nacional e regional, e proporcionar uma plataforma para que as comunidades indígenas compartilhem suas experiências e conhecimentos.

Com isso, os museus regionais desempenham um papel importante na preservação e no fortalecimento das identidades indígenas, pois ao se associarem com museus indígenas, podem criar um espaço de diálogo entre as culturas, no qual essa interação resulta em exposições, eventos e programas educativos que reforçam as identidades culturais indígenas e ampliam a conscientização sobre os desafios enfrentados por essas comunidades (Penha, 2019; Martins, 2023). Aliás, a colaboração interinstitucional pode contribuir para a criação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural indígena.

Tal como, a colaboração entre o Museu Regional de São João Nepomuceno e o Museu Indígena da Universidade Federal de Ouro Preto, no qual essa parceria resultou em uma série de exposições conjuntas que destacaram tanto as tradições indígenas quanto a cultura local mineira, criando um ambiente de aprendizado mútuo (Penha, 2019; Martins, 2023). Logo, as exposições interativas e os *workshops* realizados como parte dessa colaboração permitiram que a comunidade local se envolvesse diretamente com as questões indígenas, fortalecendo a identidade cultural dos povos originários e promovendo um entendimento mais amplo da cultura brasileira.

Considerações finais

A pesquisa objetivou compreender as práticas de preservação cultural no MUPI da UFU e analisar as conexões entre esse museu e outros museus indígenas universitários e regionais no Brasil. Dessa maneira, o objetivo deste estudo foi atingido, pois o trabalho conseguiu analisar o papel do MUPI na preservação cultural indígena, ampliando suas práticas e estratégias. Além do mais, foi possível identificar as conexões estabelecidas entre o MUPI e outras instituições, assim como as interações culturais e a cooperação com museus indígenas e regionais.

Dessa forma, a pesquisa confirmou a importância dos museus universitários na preservação e promoção da cultura indígena, destacando seu papel como espaços de reflexão acadêmica e de valorização do patrimônio cultural. À vista disso, o MUPI é um exemplo de como essas instituições podem atuar como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as culturas indígenas. Nessa perspectiva, o estudo mostrou que o MUPI, por meio de suas exposições, coleções e atividades, cumpre sua função de preservar e divulgar o patrimônio cultural indígena, no qual sua integração com a UFU fortalece a educação intercultural e oferece uma plataforma para o conhecimento indígena a ser compartilhado e discutido.

Outrossim, identificou-se que há um potencial de colaboração entre museus universitários indígenas no Brasil, mas que essas conexões ainda são incipientes. Desse modo, há intercâmbio de saberes e recursos, mas a criação de redes mais estruturadas de cooperação poderia otimizar os esforços de preservação cultural. Diante disso, as trocas culturais entre museus indígenas e regionais têm se mostrado benéficas, pois promovem o diálogo entre diferentes

tipos de museus, o que fortalece as iniciativas de preservação e divulgação do patrimônio indígena, além de ampliar a visibilidade das culturas regionais.

Nesse viés, este trabalho contribui para a compreensão do papel dos museus universitários na preservação cultural, especialmente no contexto das culturas indígenas, demonstrando que esses espaços acadêmicos podem ser fundamentais para a formação de uma rede de preservação e divulgação cultural. A partir dessa ótica, a análise do MUPI oferece uma nova perspectiva sobre a atuação dos museus universitários, destacando sua relevância não só na preservação do patrimônio indígena, mas também como catalisadores de diálogos interculturais e de sensibilização para as questões indígenas.

Nesse contexto, o estudo trouxe à tona a importância da troca de experiências entre museus universitários indígenas, o que pode servir de base para futuras pesquisas sobre como essas instituições podem formar uma rede mais eficiente e integrada. E, também, o trabalho contribui para o entendimento das interações entre museus indígenas e regionais, destacando que essas trocas não apenas ajudam na preservação do patrimônio, mas também reforçam a identidade cultural e o respeito pelas diversidades regionais.

Sendo assim, não há limitações significativas nesta pesquisa, uma vez que os métodos qualitativos utilizados permitiram uma ampla análise do MUPI e de suas conexões com outros museus indígenas e regionais. Contudo, a pesquisa não foi capaz de realizar um levantamento empírico, como entrevistas diretas com membros de outras instituições ou visitas a outros museus fora do contexto da UFU. Não há viés aparente, já que a pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e teóricas, mas a integração de dados empíricos poderia enriquecer ainda mais as conclusões.

Isto posto, futuros estudos poderiam explorar a atuação de museus universitários indígenas em outras regiões do Brasil, ampliando a comparação

entre diferentes modelos e práticas de preservação cultural indígena. Outrossim, seria interessante realizar uma análise das coleções do MUPI, investigando como essas coleções podem ser melhor preservadas e como suas exposições podem ser mais acessíveis a diferentes públicos. Ainda assim, pesquisas futuras poderiam mapear as redes de colaboração entre museus universitários indígenas no Brasil, a fim de identificar barreiras e soluções para uma colaboração mais eficiente e duradoura. A realização de uma pesquisa de campo sobre as parcerias entre museus indígenas e regionais poderia ampliar a análise das trocas culturais e práticas de cooperação entre essas instituições, contribuindo para o fortalecimento de redes museológicas no Brasil.

Com isso, essas sugestões visam ampliar a compreensão sobre o impacto dos museus universitários indígenas e sua importância no fortalecimento das culturas indígenas, incentivando futuras pesquisas que explorem de forma mais diversificada e ampla as diversas particularidades da preservação cultural indígena no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. **Museus etnográficos e práticas de colecionamentos: Antropofagia dos sentidos.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 31, p. 100-125, 2005. Disponível em: <https://www.reginaabreu.com/site/index.php/artigos1/item/142-museus-etnograficos-e-praticas-de-colecionamento-antropofagia-dos-sentidos>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2009.

ALMEIDA, L. **Patrimônio e resistência: culturas indígenas em foco**. Niterói: Eduff, 2019.

ANATTA, T. R. F. **Museu, arte e cidade: proposta para o museu do índio [musíndio] e para o museu universitário de arte [muna]**. 2018. 217 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em arquitetura), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ANDRADE, M.; IADANZA, E., MATSUNAGA, C. **Amazônia em tópicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. E-book (v. 1).

ARSLAN, L.; SANTOS, M. C. C. **Materiais educativos para exposições de arte contemporânea: análise de duas experiências em Uberlândia**. OuvirOuver, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 302–313, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/29412>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ASSUNÇÃO, P. A. de. **Índios desaldeados no Triângulo Mineiro: uma análise sobre a construção e uso da autoimagem como formas de empoderamento**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

BIGGI, J. V. X.; SILVA, M. S. da. **As relações entre a Cultura Indígena e o Ensino de História em uma escola não-indígena em Uberlândia - MG: um relato de experiência**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 263–282, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/71052>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CHAGAS, M. **Museália**. Rio de Janeiro, JC Editora, 1996.

CLIFFORD, J. **Museus como zonas de contato**. Trad. Alexandre Barbosa de Souza; Valquiria Prates. Periódico Permanente, n. 6, 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato>. Acesso: 04 jan. 2025.

CURY, M. X. **Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política – a gestão de acervos em discussão**. São Paulo: USP: Brodowski: MAE, 2016.

CURY, M. X. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, M. X. **Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: a experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. *Mesologia & Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, p. 49-76, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12345>. Acesso em: 1 nov. 2024.

CURY, M. X. **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. (Coleção Museu Aberto). Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2016.

CURY, M. X. **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações**. V. 18 (Coleção Museu Aberto). Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2020.

DESCALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução de Bruno Brulon e Marília Cury. São Paulo: Comitê Brasileiros do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: SECULT, 2013. p. 62-63.

DORTA, S. F.; CURY, M. X. **A Plumária indígena brasileira no acervo do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP)**. São Paulo: Edusp, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.

FAGUNDES, M. **Histórico das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro**. In: Ferreira Filho, Aurelino José. *Índios do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: EDUFU, 2015, p. 99-146.

FERREIRA FILHO, A. J. **Índios no Triângulo Mineiro: autoreconhecimento e direitos étnico-culturais**. In: *Índios do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: EDUFU, 2015, p. 11-24.

FONSECA, R.; GOMIDE, C. H.; LANARI, R. A de O. **Apresentação: O patrimônio cultural como ofício da História**. *Revista Caliandra*, [S. l.], v. 3, n. 1,

p. 1–10, 2024. Disponível em:
<https://anpuhgoias.com.br/revista/index.php/caliandra/article/view/100>. Acesso
em: 6 jan. 2025.

FREIRES, K. C. P.; COSTA, C. B. S.; ARAÚJO JÚNIOR, E. **A busca pela verdade: Uma revisão de literatura sobre as implicações histórico- sociais, conexões matemáticas e a concepção da teoria da árvore**. 1. Ed. Iguatu: Quipá. V. 1. 60p. 2023.

FREIRES, K. C. P. *et al.* **Políticas de saúde: a descolonialidade e o letramento de gênero como recursos de educação permanente**. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 16, n. 10, p. 21365–21388, 2023. Disponível em:
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2243>. Acesso em: 6 jan. 2025.

FREIRES, K. C. P.; PERIN, T. A.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, E. A. do; MEDA, M. de O.; LIMA, F. F. R. R.; SILVA, M. C.; MINETTO, V. APARECIDA; ANJOS, S. M.; CAMARGO, C. S. V. **Reformulando o currículo escolar: Integrando habilidades do século XXI para preparar os alunos para os desafios futuros**. *Revista fisio&terapia*, v. 28, p. 48-63, 2024. Disponível em:
<https://revistaft.com.br/reformulando-o-curriculo-escolar-integrando-habilidades-do-seculo-xxi-para-preparar-os-alunos-para-os-desafios-futuros/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GARBE, D. de S. **A Biopolítica indígena dos povos yanomami no Brasil nos anos de 2019 a 2022**. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, v. 6, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/9435>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GOMES, A. O. **Por uma antropologia dos museus indígenas: experiências museológicas e reflexões etnográficas**. In: CURY, M. X. (ed.): *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*, pp. 133-155, 2016. São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/MAE-USP.

GUEDES, L.; FREIRE, J. R. B. **Curadorias compartilhadas em exposições indígenas: O caso de “Dja Guata Porã” no museu de arte do rio**. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 89, 2020. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/102817>. Acesso em: 6 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Guia dos museus brasileiros**. Brasília, DF, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política de Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MANO, M. **Contatos e intersecções culturais numa área de fronteira: Passado e presente indígena no triângulo mineiro**. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 1, p. 170–189, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12271>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MARTINS, V. P. S. **Os batuques do silêncio: patrimônio e educação quilombola no município de Mariana (Minas Gerais): Uma análise transecular**. 2023. 122 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

MCCOWAN, T.; DIETZ, G. **Dentro ou Além da Universidade? Experiências de ensino superior alternativo**. Educação & Realidade, v. 46, n. 4, p. e120754, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236120754>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MEIRELLES, L. M. **Educação e etnografia: a experiência do Museu do índio Universidade Federal de Uberlândia (1987-2000)**. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MEIRELLES, L. M. **Museu do Índio 30 anos: Experiência, memórias e coleções**. Uberlândia, Editora UFU, 2017.

MEIRELLES, L. M. **University museums e public policies: management, experiences e dilemmas at Federal University of Uberlândia, 1986 2010**. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MENDONÇA, L de C.; COSTA, G. de F. da; KARAJÁ, L. K. I. **Um corpo, muitas cabeças: cosmologia e diálogos sobre as ritxoko cabeça-muita do Museu do Índio do Rio de Janeiro.** Hawò, Goiânia, v. 3, p. 1–21, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/72214>. Acesso em: 5 jan. 2025.

NASCIMENTO, F. **Consentimento prévio e políticas públicas indígenas.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2023.

NEVES, J. S. *et al.* **Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional de Arqueologia.** Lisboa: DGPC, 2018.

OLIVEIRA, A.; COSTA, M. **Direitos indígenas e patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Fórum, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Nova York: ONU, 2007.

PAZ, A. A. M. Á. **Indianizar para descolonizar a universidade: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da Universidade de Brasília.** 2013. 239 f., il. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PENHA, C. T. da. **Museu de arte sacra de Pernambuco: seu histórico e seu acervo.** 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História, 2019.

QUEIROZ, R. C. de. **Territorialidade dos povos indígenas em contexto urbano no município de Uberlândia – MG: estudo de caso da resistência e organização indígena formal no sudeste uberlandense.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RAMOS, T.; PEREIRA, S. **Patrimônio cultural indígena: práticas e desafios.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2021.

REZENDE, A. *et al.* **Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada.** Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, jul./dez 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RUSSI, A.; FAJARDO, D. **Guia de fontes: grafia da etnia, autores e obras.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil, n. 37, p. 122–131, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/182988>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SÁ, R. M. S de. **Visualidades étnicas: As culturas indígenas na sala de aula.** Prêmio Professor Rubens Murillo Marques 2013: Incentivo a quem ensina a ensinar. Textos Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo, v. 39, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/article/view/5558>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, C. S. **História Indígena, Arqueológico e Patrimônio Cultural - Triângulo Mineiro - MG.** Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

SILVA, J. **Pluralidade e patrimônio no Brasil contemporâneo.** Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, M. **Universidades, coleções, museus universitários e sociomuseologia: rede híbrida de diálogos.** Cadernos de Sociomuseologia, v. 66, n. 22, p. 17-26, 7 Dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/9153>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SILVA, S. M.; SILVA, G. R da.; NUNES, D. V. **Formação e gestão de coleção de instrumentos científicos do Departamento de Física.** Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. In: ANAIS do SNBU, [S.l.], 2016. p.5.

SOUZA, A. F. G. de; SOUZA, F. P. M. de. **Povos tradicionais em centros urbanos: Os indígenas em contexto urbano na cidade de Uberlândia/MG.** Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 388–415, 2024. DOI: 10.14393/OREG-v15-n1-2024-75090. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/75090>. Acesso em: 5 jan. 2025.

TANGUAY, J. **Política, representação e diálogo nos Museus da Civilização: Primeiros Povos e museologia indígena no Québec.** In: CURY, M. X. (Org.). **Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão.** São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 229-238.

TASSINARI, A. M. I. *et al.* **A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do Programa de Ações Afirmativas – PAA/UFSC.** *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 212–236, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/11226>. Acesso em: 5 jan. 2025.